

OS DILEMAS DO CAMPESINATO NO CONTEXTO DO ATUAL SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR

The challenges of the peasant in the present context of the agricultural and food systems

Los dilemas del campesinado en el contexto del actual sistema agrícola e alimentario

Sérgio Gonçalvesⁱ

Universidade Federal de Uberlândia - Brasil

RESUMO

Originado inicialmente nas dinâmicas da modernização da agricultura, reestruturado mediante o desenvolvimento da agrobiotecnologia e da agricultura científica globalizada, o atual sistema agrícola e alimentar repercute negativamente na possibilidade de reprodução social do campesinato, que vivencia - na escala global, a exclusão social, a desestruturação econômica, bem como a falta de políticas públicas, apesar que estas são criadas para beneficiar as grandes corporações que dominam a agricultura global, elementos que são tratados no presente artigo.

Palavras-chave: modernização agrícola; agrobiotecnologia; sistema agrícola e alimentar; desintegração do campesinato.

ABSTRACT

Initially originated in the dynamics of agricultural modernization, restructured by the development of the agricultural biotechnology and the globalized scientific agriculture, the current agricultural and food systems affects negatively in the possibility of social reproduction of peasant, that experiences - in global scale, the social exclusion, the economic disruption, like as the absence of public policies, although this policies are created to benefit the big corporations that command the global agriculture, elements that are discussed in the this article.

Keywords: modernization of agriculture; agricultural biotechnology; agricultural and food systems; disintegration of the peasantry.

RESUMEN

Originado inicialmente en las dinámicas de la modernización de la agricultura, reestructurado mediante el desarrollo de la agrobiotecnología y de la agricultura científica globalizada, el actual sistema agrícola y alimentar repercute negativamente en la posibilidad de reproducción social do lo campesinado, que vivencia - en escala global, la exclusión social, la desestructuración económica, bien cómo la inexistencia de políticas públicas, a pesar que estas son criadas para beneficiar las grandes corporaciones que dominan la agricultura global, elementos que son tratados e esto o artículo.

Palabras clave: modernización agrícola; agrobiotecnología; sistema agrícola y alimentario; desintegración del campesinado.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, como consequência do atendimento aos ritmos e ditames de desenvolvimento do capitalismo industrial, um conjunto de ferramentas, inovações tecnológicas e lógicas organizacionais foram desenvolvidas e aplicadas no espaço agrário, provocando a integração da agricultura ao processo geral de industrialização.

Este desenvolvimento técnico-científico potencializou, por um lado, a capacidade de geração de riquezas no espaço agrário, sobretudo pelo aumento da produtividade e da produção de mercadorias agrícolas, mas, por

outro, ampliou as “artimanhas” e as estratégias de drenagem da renda da terra realizadas pelos agentes do capital, já que parte considerável dos recursos econômicos dos produtores rurais passou a ser drenada e distribuída entre suas várias frações, quais sejam: o capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro, o capital agroindustrial, estruturados em diversas escalas de atuação e domínio (local/regional, nacional e internacional).

O novo padrão técnico e organizacional que passou a caracterizar a industrialização da agricultura resultou das articulações entre diferenciados agentes estruturadores do espaço

geográfico.

Nesta conjuntura, deve-se destacar que os principais agentes que atuam na agricultura são o Estado (é o gestor das políticas públicas de crédito, reforma agrária, assistência técnica, estoques reguladores, preços mínimos, segurança alimentar, além de deter o poder político e exercer a gestão territorial na sociedade), os agentes privados (sobretudo ligados ao capital fundiário, agrocomercial, agroindustrial e bancário, que se organizam da escala local, passando pela nacional e internacional, produzindo no campo, comprando a produção, ofertando créditos, vendendo insumos e máquinas, etc), os produtores rurais (em suas diversas classes e representações de classe: camponeses, latifundiários, posseiros, etc), os trabalhadores rurais (em suas diversas categorias e representações, sobretudo, sindicatos), e a sociedade civil organizada (os movimentos sociais, as ONGs - Organizações Não Governamentais, as entidades filantrópicas, etc), cada qual com papéis e importância variável, principalmente quando se leva em consideração as características políticas e econômicas das sociedades onde vivem/atuam.

A industrialização da agricultura é um processo ligado à dinâmica econômica mundial, no qual a agricultura se inseriu com uma função cada vez mais marginal e dependente, e se configurou, segundo Brum (1988), pelas intensas modificações na base técnica da produção, com introdução crescente de elementos técnico-científicos (máquinas, implementos, equipamentos, insumos diversos), pelas mudanças nas relações sociais de

produção (uma agricultura que visa o mercado e o lucro, portanto, a acumulação de capital), a especialização produtiva (passagem dos policultivos para a monocultura), que potencializaram o fenômeno da industrialização da agricultura, através da integração ou dependência desta às empresas industriais e comerciais.

Enfim, um conjunto de ações e inovações que tornaram e dotaram a agricultura de funções cada vez mais marginais e dependentes no sistema econômico, principalmente, em relação às empresas industriais, comerciais, ao sistema bancário e às políticas públicas.

Para Elias (2003, p. 59), a industrialização da agricultura é uma das faces do período técnico científico e informacional que incorpora sociedades e territórios à sua lógica. Tais transformações impactaram as atividades agropecuárias pela revolução tecnológica, já que a agricultura incorporou os principais signos e transformações pelos quais passaram os demais setores econômico-produtivos.

Ademais, a emergência de novas formas de produção, a distribuição e o consumo determinaram a reestruturação da agricultura, que se organizou sob um novo modelo de desenvolvimento técnico, econômico e social baseado

[...] na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção e a produtividade agropecuária, culminando com memoráveis transformações econômicas e, conseqüentemente, sócioespaciais. Hoje, também a agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, mas na sua circulação, distribuição ou consumo,

mostrando-se uma atividade das atividades mais contagiadas pela evolução tecnológica. (ELIAS, 2003, p. 59)

O processo de produção agrícola se diversificou com o desenvolvimento das forças produtivas e os novos aparatos tecnológicos disponibilizados para a prática da agricultura, além do conjunto de conhecimentos proporcionados pelo desenvolvimento da genética (produção de sementes melhoradas), da química e da bioquímica (produção de adubos, fertilizantes e agroquímicos), da técnica agropecuária (pedologia, zootecnia, medicina veterinária e agronomia), da mecânica (motorização e mecanização agrícola), da biotecnologia (difusão das lavouras de organismos geneticamente modificados e a clonagem de plantas e animais) que, incorporados à agricultura, permitiram a difusão de artificialidades “criadoras” de ambientes favoráveis para a produção agrícola, como a drenagem de áreas alagadas, a irrigação de áreas desérticas, a plasticultura, a hidroponia (o cultivo de plantas na água, portanto, sem a necessidade de solo), com o conseqüente aumento da produção e produtividade.

Brum (1988) informou ainda que o processo de industrialização se estendeu a outros setores, entre eles, o comércio, a indústria, os serviços e o próprio Estado, que passaram a fornecer novos e melhores equipamentos para as atividades agropecuárias (cultivo, plantio, colheita), insumos (pesticidas, sementes melhoradas, fertilizantes), negócios e os serviços especializados (cooperação e comercialização de safra).

Brum (1988) também citou a organização de

cadeias mais complexas de compra, armazenagem e beneficiamento da produção, além da expansão das políticas públicas que garantiram a emergência da pesquisa agropecuária pública, a criação e a oferta de linhas de crédito para fomento da produção agropecuária, a organização do segmento da comercialização da produção, enfim, que lastrearam o processo de industrialização da agricultura, tecnificação dos agricultores, assistência técnica rural, cooperativismo e modernização.

Paulatinamente, a expansão da “Revolução Verde” pelo mundo se transformou numa estratégia geopolítica das nações centrais e das grandes corporações – as atuais protagonistas do processo - que passaram a atuar no cenário internacional através de investimentos, projetos, programas e linhas de financiamento visando o desenvolvimento agropecuário, mas sempre preservando o atendimento aos seus interesses políticos, econômicos e territoriais.

Multiplicaram-se as possibilidades de investimentos, tanto nos países centrais como nos subdesenvolvidos. As corporações transnacionais aproveitaram a oportunidade. A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer os financiamentos aos países que aderissem ao processo de modernização. (BRUM, 1988, p. 45).

Para Pinheiro (2005), se por um lado os

compostos desse “pacote tecnológico” garantiam aumento da produção, já que adubos químicos causavam alterações físicas importantes, como melhorando a produtividade das plantas, por outro, produzia também uma série de alterações químicas (vitaminas, sais minerais, hormônios) que fragilizam as plantas, a tal ponto, que elas ficam vulneráveis ao ataque de pragas e doenças e, assim, propicia o uso de mais fertilizantes, além de fungicidas, inseticidas, acaricidas e até hormônios para garantir a colheita daquilo que se cultivou.

Os insumos contra pragas, doenças e ervas daninhas ficaram em um pedestal, pois corrigiam o efeito colateral dos fertilizantes, criando um grande, lucrativo e estratégico segmento industrial militar, verticalizando os investimentos das empresas multinacionais agroquímicas. (PINHEIRO, 2005, p. 94).

Além disso, a impossibilidade do cultivo contínuo era uma característica genética peculiar à maioria dos híbridos, favorecendo os interesses das empresas de semente e demais segmentos da agricultura técnico-científica, pois forçava os agricultores a comprarem a cada nova safra as sementes híbridas que iriam cultivar e, para atingir o potencial produtivo destas, adquirir conjuntamente todo (ou parte) do pacote tecnológico necessário para tornar as plantas produtivas.

Assim, o desenvolvimento das sementes comerciais híbridas compareceu como uma das principais estratégias mercantis da agricultura modernizada, pois casava a venda de sementes com a venda de insumos.

Para Teixeira e Lages (1996), a “Revolução

Verde” se concretizou como conceito moderno de agricultura e espalhou-se pelo mundo mediante a ação das multinacionais, que reproduziram o modelo nos países onde atuavam, calcadas e respaldadas em suas ações, pelo discurso da necessidade de aumento da oferta mundial de alimentos, que preconizava ideologicamente o produtivismo da agricultura modernizada, fruto da difusão das inovações tecnológicas na agricultura, inovações essas resultantes dos avanços no campo técnico-científico, cujo desenvolvimento e implementação eram considerados essenciais para garantir a resolução da fome e da segurança alimentar em vários países.

O ideal produtivista presente na agricultura da “Revolução Verde” fundamentou-se na expectativa de ampliar a capacidade produtiva da agricultura, desestruturando o baixo nível técnico, econômico e social da agricultura tradicional camponesa. Consequentemente, para atingir tal objetivo, o processo de modernização da agricultura só se efetivou mediante a ação dos agentes hegemônicos da produção do espaço, notadamente o capital e o Estado.

Movido pelas políticas públicas de apoio ao novo sistema técnico-produtivo, ao “embarcar” no novo paradigma de agricultura, e com o abandono das práticas da agricultura tradicional, lentamente, o saber popular perdeu espaço para o conhecimento científico na produção das sementes e insumos e se fundamentou na dependência da agricultura em relação às empresas de sementes, adubos e pesticidas agrícolas.

Para Brown (1969), estruturalmente a

agricultura do paradigma da “Revolução Verde” dependeu (e muito) das políticas de Estado e das ações do capital para difundir a motomecanização na agricultura, com máquinas e equipamentos mais dinâmicos para as tarefas do plantio, cultivo, colheita e processamento da produção.

Browm (1969) destacou também os avanços genéticos que resultaram na produção de sementes híbridas e animais melhorados; o uso de produtos da química e da bioquímica e o desenvolvimento de insumos agrícolas modernos (adubos e fertilizantes, agrotóxicos, indutores de crescimento, etc); o desenvolvimento de novas formas de processamento agroindustrial da produção agrícola; a emergência da indústria alimentícia e sua atuação no mercado de consumo de massas mediante oferta de alimentos processados industrialmente (leite em pó, doces, massas, farinhas, enlatados diversos, congelados, etc), entre outros aspectos, compondo um rol de novidades técnico-científicas que foram incorporados tanto nas atividades agropecuárias em si (plantio, tratos culturais, colheita, criação de animais), quanto nas atividades industriais e comerciais estruturadas antes e depois da porteira das fazendas.

O DESENVOLVIMENTO DA AGROBIO TECNOLOGIA

A Agrobiotecnologia é um padrão de desenvolvimento agrícola desenvolvido no final do século XX e início do século XXI, que se estrutura tecnicamente e se espacializa mediante a incorporação e a aplicação deliberada de

produtos oriundos da biotecnologia na agricultura.

Desde um ponto de vista de processo e pensando a biotecnologia como uma atividade para o desenvolvimento do agronegócio, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) afirmaram que

As biotecnologias implicam na substituição de produtos existentes com a criação de produtos novos e envolvem uma variedade de processos industriais, abrangendo os mais diversos setores (produção agrícola, química/farmacêutica, prospecção mineral, informática), estabelecendo um novo patamar para o conjunto da produção industrial. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, p. 37).

Nas nações capitalistas desenvolvidas, no decorrer dos últimos 40 anos o desenvolvimento de pesquisas em biotecnologia e a difusão de produtos a ela relacionados foram feitos mediante a atuação deliberada do Estado através de ações políticas (setorização e gestão), econômicas (financiamento, incentivos fiscais), criação de infraestruturas e instituições públicas (laboratórios, universidades, centros de pesquisa, escolas superiores), aprimoramento de corpo técnico (pesquisadores, estudantes), definição de normas e regras (legislação, regulamentação, direito autoral e patentes), enfim, mediante a efetiva criação e solidificação de bases mínimas para o avanço das

[...] atividades ligadas à geração e difusão da ciência e da tecnologia, haja visto o alto custo, o elevado risco e o longo prazo de maturação necessários à geração e à introdução dos avanços da ciência e da técnica (ANCIÃES e CASSIOLATO, 1985, p. 81).

Porém, nos fins dos anos 1960, começou a se desenhar a exploração comercial e privada da biotecnologia produzida pelo aparato público. Através de acordos de transferência de tecnologia e parcerias público-privadas, várias empresas tiveram acesso às novas tecnologias. Com interesse neste mercado, passaram a investir pesado na construção de centros de pesquisa e na contratação dos principais pesquisadores das instituições públicas, “saltando na frente” no processo de organização e consolidação mundial deste setor (DEMBO, DIAS E MOREHOUSE, 1985).

Na década de 1980, verificou-se uma sensível mudança no segmento de P & D em biotecnologia, igualando-se e até suplantando os gastos públicos, cada vez mais, as empresas privadas que operam no segmento têm se destacado nos investimentos de recursos em pesquisa e no desenvolvimento da biologia molecular, da bioquímica e da genética, o que visa o aprimoramento ou a descoberta de novas “mercadorias biológicas”, estratégia que se ampliou com a deliberada estratégia de associação (*joint ventures*) e incorporação (compra, cartelização) de empresas que desenvolvem pesquisas na área.

Esta movimentação do capital repercutiu na formação de mega-conglomerados no segmento da bioindústria, ampliou a capacidade de pesquisa e inovação, bem como de oferta de produtos biotecnológicos, que são comprados e vendidos em um mercado regulado pelas patentes e direitos comerciais (*royalties*).

Segundo Capra (2005), uma das técnicas mais importantes para o desenvolvimento da

biotecnologia é a engenharia genética, que contempla um conjunto de técnicas, como o isolamento, a modificação, a multiplicação e, sobretudo a recombinação gênica, que permite aos cientistas modular a estrutura genética de organismos vivos, inserindo em laboratório genes específicos de outros organismos (ex: um gene que é responsável pela produção de uma toxina) na estrutura genética do organismo principal. Desta forma, pode-se criar em laboratório “organismos mutantes”, com características totalmente diferentes dos organismos utilizados inicialmente nestas pesquisas.

Entre as soluções, as inovações e os pacotes biotecnológicos destinados à agricultura e agroindústria, destacam-se as sementes transgênicas, a clonagem de animais e plantas, as bactérias, bacilos, fermentos e microorganismos utilizados na produção de cervejas, vinhos, álcool, iogurtes, entre outras “mercadorias biológicas” que são as grandes vedetes da bioindústria para o desenvolvimento rural e agroindustrial.

Acompanhando a estratégia técnica e econômica da Monsanto, empresa pioneira na produção das sementes transgênicas, as principais empresas do setor de sementes agrícolas também têm se preocupado em lançar sementes geneticamente modificadas, destacando-se grupos como Royal Dutch/Shel, Pioneer Hybrid, Sandoz, Cardo, Dekalb-Pfizer, Clays-Luck, Upjohn, Ciba-Geigy, Suiker Unie, Limagrain e Cargill, que desenvolvem suas próprias plantas transgênicas (soja, milho, canola, alfafa, algodão, eucalipto, colza), pesticidas específicos (herbicidas, sobretudo),

ou então participam do negócio adquirindo tecnologias disponíveis para fazê-lo, pagando “royalties” às empresas fornecedoras.

Espacialmente, o processo de difusão da Agrobiotecnologia se assemelha à “Revolução Verde”, pois se verifica a manutenção e a continuidade de vários aspectos a ela relacionados, entre estes a produção de sementes de plantas direcionadas ao processamento agroindustrial (soja, milho, algodão, canola), o uso deliberado de insumos químicos para melhorar a produtividade dos solos e o controle das pragas e doenças, a existência de cadeias e circuitos produtivos ligados às articulações de diferentes frações do capital (comercial, industrial, bancário, fundiário), a presença das corporações transnacionais ofertando seus produtos, etc.

Porém, a substituição paradigmática que proporciona a superação da “Revolução Verde” e a ascensão da Agrobiotecnologia não se explica pelo estudo das formas que foram preservadas na agricultura especializada, mas sim, no estudo das estruturas e nos processos espaciais, cuja transformação se dá pela atuação deliberada de segmentos dos agentes produtores do espaço geográfico, sobretudo empresas e Estado, que operam em favor da disseminação de produtos biotecnológicos na agricultura e redesenham o jogo de forças no campo e na cidade.

Mais do que uma mera mudança de padrão técnico-produtivo, o desenvolvimento da Agrobiotecnologia suscita novas questões, sobretudo éticas, fitossanitárias, ecológicas, ambientais, alimentares, econômicas, políticas e sociais, em escalas que vão do local, passam

pelo nacional e chegam ao global.

Politicamente, há claramente dois grupos com diferentes capacidades de ação e reação à transgenia agrícola: o grupo que contempla vários agentes que atuam no seu desenvolvimento e difusão espacial (empresas, agências multilaterais de desenvolvimento, grupos de interesse, membros da comunidade científica, parlamentares, agências reguladoras), e o grupo que é contrário à sua implementação e atua fortemente para que este processo cesse ou sofra uma regulação efetiva por parte do poder público, onde estão elementos da sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs - Organizações Não Governamentais), representantes de partidos políticos, ecologistas, cientistas não-alinhados à bioindústria, sindicatos, etc.

Porém, entre os dois grupos, gravitam os produtores rurais e os consumidores em geral, que ficam à mercê do debate e acabam comprando ou se alimentando com sementes transgeneticamente modificadas, muitas vezes, sem saber o que consomem de fato.

Enquanto aos produtores a promessa da transgenia é a de barateamento dos custos de produção e maior lucro pela economia de insumos, sobretudo herbicidas, aos consumidores a promessa é de que tais alimentos apresentam qualidade idêntica à dos produtos provenientes de lavouras convencionais.

É importante frisar que, passados vinte e seis anos da produção da primeira semente transgênica, não existe no mercado sequer uma semente de planta que resista à seca, que contenha maior quantidade proteica ou de

minerais, que contenha antibióticos, que contenha maior valor alimentício, que reduza o uso de insumos, enfim, que seja superior às sementes convencionais.

Basta acessar a carteira de produtos vendidos pelas sementeiras para se constatar que, de fato, o que existe no mercado são sementes que exigem o cultivo casado com os herbicidas supracitados e nada mais.

Outro problema sério é que, em cultivos com polinização aberta como o milho, o pólen da florada das plantas OGMs e que, se forem levados pelo vento, podem resultar no cruzamento indesejado de lavouras formadas com plantas não transgênicas, alterando as suas características genéticas e acelerando o processo de “erosão genética”, pois acabariam “poluindo”, de maneira cruzada, lavouras de produtores que não optaram por este tipo de semente. Futuramente, tal processo significará o fim de sementes não transgênicas na agricultura.

Analisando o desenvolvimento da Agrobiotecnologia, Ribeiro (2002) destacou que este novo padrão técnico se desenvolve em um ritmo acelerado e sem precedentes na História da Humanidade. Tal processo de territorialização se dá em razão da força dos monopólios biotecnológicos que o controlam, porque mobilizam seus recursos tecnológicos, econômicos e de marketing em razão das suas necessidades de mercado, aproveitando-se do lapso social e institucional que ainda reina em vários países, os quais não criaram nem aplicaram, normativas institucionais novas e até já existentes, como leis e decretos de âmbito econômico e ambiental para controlar e regular

o processo de difusão de produtos biotecnológicos na agricultura.

A INTEGRAÇÃO, A CONCENTRAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA E O SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR

O processo de desenvolvimento da “Revolução Verde” e o desenvolvimento da Agrobiotecnologia possibilitaram o pluridimensionamento dos papéis da agricultura e suas relações e interconexões no sistema econômico, definindo um sistema alimentar complexo.

A partir do momento em que as indústrias e as empresas comerciais passaram a se integrar de maneira mais sólida com a agricultura e se aprimoraram cada vez mais, impulsionaram e reforçaram esta relação. Assim, contribuíram gradualmente para a estruturação do agronegócio, cuja força e ímpeto lentamente transformaram a agricultura mundial, sobretudo pelas impressionantes mudanças estruturais verificadas em vários países do mundo, desencadeados pelos agentes condutores do processo de modernização da agricultura.

El ‘agrocomercio’ ha descubierto que resulta sumamente beneficioso realizar inversiones en investigaciones y en extensión agrícola. (...) A medida que aumenta la dependencia de la producción agrícola en insumos comprados, y también la proporción de la producción agrícola que se comercializa, las inversiones en el agrocomercio revisten una creciente importancia. De hecho, estas inversiones deberán aumentar mucho más rápidamente que la producción agrícola.

Es difícil saber en qué forma los países pobres podrán encontrar esas nuevas inversiones, que tanto necesitan, sin recurrir al capital y a los recursos técnicos de las empresas multinacionales. (BROWM, 1969, p. 126. Grifo do autor).

Cada vez mais presentes, os novos cultivares (híbridos e transgênicos), a motomecanização, as cadeias produtivas e as novas lógicas culturais de organização e desenvolvimento rural são elementos espaciais e partes de um complexo mosaico que permitem afirmar a presença do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) em seu processo de territorialização no campo, provocando modificações tanto nos países avançados quanto nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres, e, dessa forma, produzem mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

Contemporaneamente, vivencia-se no mundo a constituição de uma “[...] agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2002, p. 88) que se ampara e depende cada vez mais nos auspícios da ciência, da técnica e da informação para garantir o aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas, partilhando da lógica capitalista global de financeirização das relações, já que a agricultura passou a criar maior quantidade de produção, mobilizar e demandar maior quantidade de produtos, enfim, produzir e movimentar muito mais recursos financeiros.

Conforme estudos e informações presentes em Castro e Silveira (1985, p. 106), de maneira lenta e gradual, a compra de concorrentes, a

junção de capitais, os ganhos de escala e o potencial do mercado em expansão resultaram na formação de algumas multinacionais que lograram dominar o mercado global de sementes.

Atualmente, grande parte das principais companhias do segmento da produção de sementes agrícolas, produção de agroquímicos, fármacos e produtos da medicina animal, carnes e derivados, grãos e farinhas, são mega conglomerados que operam na escala global, oriundos da concentração corporativa verificada nestes setores, que conduzem ao controle social da agricultura global por um conjunto menor do que 10 grandes empresas em cada segmento econômico supracitado.

A concentração multinacional nos principais setores ligados à agricultura tem dotado estas companhias de um poder sem precedentes para arquitetar as políticas sociais, econômicas e comerciais, e de “jogar duro” na defesa de seus interesses, seja em um país, na escala local, onde realiza suas compras de produtos e matérias-primas, seja na escala global e no contexto do mercado internacional, onde realiza suas vendas.

A ideia de que a produção agropecuária tem que servir o mercado é difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentares, exatamente para manterem seu controle direto e decisório não somente as relações de troca, mas toda a cadeia produtiva dos alimentos, a qual inclui a produção imediata, a circulação, o consumo e, em decorrência, expressivas parcelas da classe trabalhadora, desde os campos até os diversos setores urbanos do processamento agroindustrial. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 10).

Devido aos acordos comerciais estipulados entre estas empresas, muitas vezes o caráter concorrencial – um dos mecanismos centrais do capital - é deixado de lado. Daí resulta ou as incorporações, ou mesmo táticas e estratégias importantes, entre as quais contratos de exclusividade na oferta de produtos entre empresas que vendem matérias-primas com as que industrializam a produção, ou entre agroindústrias processadoras e distribuidoras.

Se por um lado, estes tipos de acordo facilitam a defesa dos interesses das “gigantes” de cada setor, por outro, fragilizam ainda mais os produtores rurais, pois as normativas estipuladas de cima para baixo exigem processos produtivos mais rígidos e custos mais baixos, forçando os produtores a aumentarem os investimentos tecnológicos para garantir aumento de produção e produtividade em ambiente de negócios de menores lucros, a fecharem contratos de integração desfavoráveis, já que o preço da matéria-prima pago pela contratante tende a estipular preços mais baixos e riscos operacionais ao produtor ainda mais elevados.

Ademais, a força econômica acumulada e a capacidade operacional destas empresas ampliam também não só suas capacidades territoriais, mas também a potencialidade de seus impactos negativos.

Um exemplo é o imperativo da abertura de mercados. Muitos países se veem impelidos a “abrir suas fronteiras”, criando legislação e impostos mais baixos ou até eliminando-os para favorecer o comércio mundial. Porém, no caso de mega-conglomerados, a compra e a venda no

exterior não se dão simplesmente em razão do favorecimento dos países onde estão estabelecidas, mas sim, em razão de suas próprias necessidades operacionais, além de ser uma “sacada” para redistribuir lucros e dividendos.

Ademais, a necessidade de realização do lucro onde ele se apresenta mais factível força as empresas a praticar a estratégia de diminuição do preço pago aos produtores agrícolas de alguns países e aumento de preço de venda de acordo com os ditames do mercado externo, cobrando dos consumidores de diferentes partes do mundo preços elevados na alimentação.

Como muitas vezes a população dos diferentes países não tem recursos suficientes para comprar os alimentos, sua segurança alimentar é ameaçada. Além disso, como recebem valores menores pela produção, os agricultores tendem a empobrecer, ao passo que a realização da renda das empresas é assegurada.

O DESMONTE O CONTROLE DA AGRICULTURA CAMPONESA

Segundo Antunes (2002), desde o final da década de 1970, o capital tem vivenciado uma crise de acumulação que tem exigido sua reestruturação, processo que visa, a um só tempo, recuperar o ciclo produtivo e o processo de acumulação e controlar a conflitualidade social emergente.

Mundialmente, o capital requereu como necessária a expansão do modelo neoliberal de política e de Estado, mas também se moveu no sentido de asseverar mudanças de ordem técnica e econômica, com maior introdução de

tecnologia no processo produtivo, objetivando o aumento da produtividade, aumento das horas trabalhadas, precarização do trabalhador e emergência de novas formas de trabalho, sobretudo em tempo parcial e sem garantias trabalhistas, maior concentração capitalista em setores estratégicos, ampliação da capacidade de produção de mercadorias.

Tratando destas questões, Antunes (2002, p. 34) sentenciou que “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital”.

No campo, a reestruturação do capital tem sido produzida a partir de arranjos políticos e econômicos múltiplos, e de novas repactuações nas quais não participam os trabalhadores rurais. A construção de uma ordem territorial que favoreça o controle social praticado pelo capital tem sido tocada pelo Estado Nação, mas atendendo, em muitos casos, aos ditames de regras gerais pré-estabelecidas e definidas no interior das agências internacionais e multilaterais, entre as quais o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, longe de expulsar o Estado da cena e de proibir as suas intervenções, o capital escolhe aquelas políticas que lhe convêm, principalmente as que reforçam os seus meios de dominação da sociedade pela maximização dos lucros que recolhe e proíbe aos outros - aqueles que reduzem os seus poderes e dão aos outros atores da vida social a possibilidade de defender, pelo menos parcialmente, os seus

próprios interesses - a perspectiva de realização social de sua existência, conforme avaliações feitas por Amin e Founou-Tchuigoua (2003).

Para Elias (2003), a rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando a lógica de produção e as relações sociais estabelecidas na agropecuária. Neste sentido, o capital se desenvolveria através de uma lógica destrutiva, que romperia com todas as formas de relações sociais e de produção “atrasadas”, o que, conseqüentemente, criaria formas mais “evoluídas”.

Neste caso, há a necessidade do capital romper com a agricultura camponesa tradicional, que sobrevive à margem do processo econômico global, exigindo a emergência de uma agricultura camponesa integrada, dependente e produtiva, assim como a consolidação das grandes propriedades monocultoras ligadas à produção de *commodities* exportáveis.

Leff (2000) caracterizou a agricultura tradicional camponesa como aquela efetuada por agricultores que constroem padrões tecnológicos simples para aproveitar o potencial produtivo dos ecossistemas onde se inserem e articulam suas práticas produtivas a uma racionalidade que mescla processos simbólicos e de significação cultural como cosmovisões, mitos e crenças religiosas, que “[...] determinam as formas técnicas, os ritmos e a intensidade da transformação da natureza, seus padrões de consumo e o acesso socialmente sancionado a seus recursos” (LEFF, 2000, p. 97), com destaque neste processo de organização social e

produtiva as culturas camponesas tradicionais e as comunidades “primitivas”.

Para Graziano da Silva (1998, p. 3), os agricultores que praticam esta agricultura assentada “[...] na relação Homem-Natureza (e suas contradições)”, o fazem motivados por certa resistência à inovação e ao risco, pois as práticas agropecuárias desses agricultores são determinadas por métodos históricos de tentativa e erro, construídos através da transferência e a reprodução cultural dos conhecimentos técnicos que, na sua magnitude, foram e continuam sendo a base de sua sustentação econômica e social.

Por exclusão, todo estabelecimento rural que está organizado no campo e não apresenta maximização do benefício econômico mercantil e de modernização acelerada pela incorporação de elementos técnico-científicos é tido como participante da agricultura tradicional. Porém, Schultz (1965) destacou que no mundo todo há uma enorme quantidade de agricultores que, durante gerações, praticam a agricultura tradicional, mas na comparação com outros segmentos de agricultura denominados “modernos”, ainda assim, apresentam uma eficiência econômica considerável, o que coloca em xeque a discussão sobre qual agricultura é atrasada e qual é desenvolvida.

Para Schultz (1965), isso acontece porque ainda que os agricultores tradicionais invistam menos recursos em capital, introduzem menor quantidade e qualidade em elementos técnicos (máquinas, equipamentos, insumos) e científicos (sementes, plantas e animais melhorados), ainda assim, uma quantidade importante destes produtores consegue obter um retorno

econômico que garante a sustentação da sua família e/ou da comunidade onde vivem, e até mesmo a geração de excedentes comercializáveis, permanecendo como produtores rurais no campo, enfim, superam os patamares de renovação.

Na comparação a outros modelos, a agricultura tradicional, enquanto prática produtiva, é o modelo territorialmente dominante em vários países. Conforme Altieri (2004, p. 22),

Os sistemas de cultivo tradicionais fornecem 20% da oferta de alimentos no mundo. (...) Os policultivos constituem no mínimo de 80% da área cultivada da África Ocidental e boa parte da produção de alimentos básicos nos trópicos latino-americanos.

Ao destacar a importância da agricultura tradicional no contexto mundial e explicitar que as formas de agricultura modernas são socialmente injustas, face do processo de exclusão do campesinato, Mazoyer e Roudart (1997) afirmaram que

Apesar dos bilhões gastos para promover a agricultura ‘moderna’, utilizando muito capital e muito pouca mão-de-obra, que triunfou nos países desenvolvidos, apenas penetrou em alguns setores limitados dos países em vias de desenvolvimento.

A grande maioria do campesinato desses países é demasiada pobre para comprar grandes máquinas e grande quantidade de adubos.

Cerca de 80% dos agricultores da África, 40 a 60% destes da América Latina e da Ásia continuam a trabalhar unicamente com utensílios manuais, e somente 15 a 30% de dispõem da tração animal. A agricultura moderna está, portanto, muito longe de ter conquistado o

mundo; as outras formas de agricultura permanecem predominantes e continuam a ocupar a maioria da população activa dos países em vias de desenvolvimento. (MAZOYER e ROUDART, 1997, p. 12).

A crescente transformação no modo de vida do campesinato tem implicado na desregulação da agricultura tradicional, determinando o seu fim ou sua modernização. São os agentes do Capital e as relações socioeconômicas inerentes a este sistema produtivo que forçam a desestruturação da agricultura tradicional em escala mundial.

Para Amin (2004), tal processo acontece porque o capital força, no seio do campesinato, uma mudança no sentido da agricultura por eles praticada, substituindo a Natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos, transformando a agricultura em uma atividade meramente produtora de matérias-primas desvalorizadas e plenamente dependente de fatores exógenos ao campo, que alimenta uma acumulação de capital em escala mundial fundada na troca desigual de bens primários contra o consumo de mercadorias tecnológicas.

Leff (2000, p. 96) destacou que a Agricultura Tradicional tem se desintegrado mediante o processo de industrialização da agricultura, uma das faces do processo de globalização. Concomitantemente, “Os processos de degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social gerados nesse processo converteram-se num custo econômico e político do projeto de globalização”.

Interpretando a conjuntura agrária mundial,

Mazoyer (2001) destacou que na base dessa desintegração do campesinato está o processo de industrialização, o modelo excludente de políticas públicas de modernização e o desigual acesso e incorporação dos avanços técnicos e científicos, já que a industrialização da agricultura asseverou as diferenças entre os produtores pequenos, médios e grandes e ampliou a capacidade de drenagem da renda da terra efetuada pelo capital, o que ampliou o processo de desintegração das unidades familiares de produção e a lógica de exclusão social no campo.

Por supuesto, un salto hacia adelante de esta envergadura no tuvo lugar de una sola vez, sino por etapas, ni tampoco ocurrió en todas las explotaciones agrícolas, si no en una minoría, cada vez menos numerosa, mientras que la gran mayoría de las explotaciones existentes a principios de siglo iban desapareciendo unas tras otras. (MAZOYER, 2001, p. 10).

Para o autor, efetivamente, em cada etapa deste processo de desenvolvimento desigual, somente os estabelecimentos rurais situados em regiões favoráveis em clima, solo, localização e aquelas suficientemente bem equipadas e dimensionadas para alcançar bons índices de produtividade puderam se desenvolver e continuar produzindo no campo, pois conseguiam obter uma renda superior às necessidades da família, cobrir os custos de produção, pagar as dívidas e reinvestir na produção.

Na escala global, poucos produtores foram efetivamente beneficiados pelas condicionantes da industrialização, já que o apoio público e as vantagens econômicas condicionadas pelo

Estado (financiamentos, subsídios) foram parciais, e somente uma ínfima fração dos produtores conseguiu incorporar em seus estabelecimentos os elementos técnicos e científicos direcionados ao aumento da produção agropecuária, tornando-se produtores rurais mais dinâmicos, ampliando sua capacidade de produção e de produtividade, enfim, ultrapassando o limiar de resistência às crises agrícolas e de continuar sobrevivendo e produzindo no espaço agrário.

Segundo os estudos de Mazoyer (2001), Mazoyer e Roudart (1997), o estado de pobreza e de exclusão social de parte considerável dos agricultores aconteceu porque somente um terço dos cerca de 1,3 bilhões de agricultores existentes no mundo foram afetados positivamente pelo processo de industrialização agropecuária no contexto da “Revolução Verde”.

Assim, enquanto 33% dos agricultores puderam comprar os insumos, as máquinas agrícolas e as sementes necessárias para aumentar a sua capacidade produtiva para os 66% dos produtores restantes, sobrou somente a alternativa de continuar produzindo de maneira artesanal, com resistência à pressão exercida pela concorrência desleal dos produtores equipados e as proteções artificiais decorrentes dos subsídios agrícolas e políticas de proteção estipuladas pelos países mais ricos ou por seus próprios governantes.

No caso específico da motomecanização, somente 2% dos agricultores – algo em torno de 26.000.000 de agricultores – puderam se equipar e adquirir ao menos um dos cerca de 28 milhões de tratores existentes no mundo.

Esto quiere decir que la gran motorización y la mecanización compleja que, junto con las variedades de plantas y las razas de animales seleccionados, los fertilizantes, los alimentos concentrados, y los productos de tratamiento de las plantas y de los animales, constituyen la punta de lanza de la revolución agrícola contemporánea, no han beneficiado más que a una ínfima minoría de los agricultores del mundo (en este texto, los términos agricultores, cultivadores de cereales y de otros productos y campesinos se refieren tanto a hombres como a mujeres. (MAZOYER, 2001, p. 02).

Para Mazoyer (2001), esta característica de desenvolvimento foi muito desigual, pois garantiu a evolução econômica de poucos produtores e significou o bloqueio econômico, a crise e a exclusão social para muitos. No plano internacional, a comparação entre os países ricos e pobres revelou que esta diferenciação foi ainda mais “gritante”.

Por otra parte, las explotaciones campesinas menos equipadas, de menores dimensiones, y a menudo peor situadas y menos productivas, cuyos ingresos familiares eran inferiores a un umbral de renovación, es decir al umbral de ingresos socialmente aceptable, cercano al salario mínimo del momento, no podían ni invertir, ni ampliarse, ni siquiera renovar plenamente sus medios de producción. De hecho, estas explotaciones, que tendían a descapitalizarse y a retroceder, eran abandonadas en general cuando el explotador se jubilaba, estaban en crisis y en vías de desaparición. (MAZOYER, 2001, p. 10).

Ainda, segundo Mazoyer (2001), a industrialização efetiva da agricultura ocorreu em seletos países nas diversas regiões do

mundo, pois triunfou nas economias capitalistas desenvolvidas e debilmente se afirmou nas economias capitalistas subdesenvolvidas.

Esta difusão internacional do processo de industrialização asseverou ainda mais a diferenciação social entre os agricultores, já que poucos foram favorecidos, muitos desapareceram, pois perderam suas terras, e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no campo, porém, de maneira cada vez mais marginal, já que os índices de pobreza e fome no campo revelam a existência efetiva de milhares de pessoas pobres e sem condição de produzir ao menos sua alimentação básica devido à falta de recursos para investir na compra de sementes para o plantio, etc.

Conforme as interpretações de Mazoyer (2001) e Amin (2004), somente uma pequena parcela dos camponeses e dos médios produtores rurais - proprietários de terra ou não - mas, sobretudo, a grande maioria dos grandes produtores rurais do Cone Sul da América Latina (Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Ásia (Vietnã, Malásia, Tailândia, países do Oriente Médio como Síria, Irã) e África (África do Sul e países situados no norte da África, como o Marrocos) puderam se equipar, adquirindo, por meio de políticas públicas destinadas à industrialização da agricultura, os tratores, máquinas agrícolas, implementos e insumos modernos que possibilitaram ampliar sua capacidade laborativa, produtividade, produção e renda.

Conforme Amin (2004), nestas regiões e países, destacam-se dois setores: o segmento da “[...] agricultura capitalista governada pelo princípio de retorno sobre o capital” (AMIN,

2004, p. 74), praticada em médias e grandes fazendas, onde cada proprietário produz anualmente em torno de 1.000 a 2.000 toneladas de grãos por ano, e o segmento camponês modernizado, que obtém de 10 a 50 toneladas de grãos por ano.

Porém, para a maioria dos produtores camponeses dos países supracitados e para a totalidade dos produtores camponeses de nações onde o processo de industrialização foi pouco efetivo ou simplesmente nulo (centro da África e África Sub-Sahariana, Andes americanos, uma série de países da Ásia), o processo de industrialização não ocorreu. À margem do processo, o empobrecimento e a exclusão do campesinato se tornaram a tônica nestas sociedades.

A final de cuentas, queda más o menos, un tercio de los agricultores del mundo a los que no ha llegado ni la revolución agrícola, ni la revolución verde, ni la tracción animal: sólo disponen de unos aperos estrictamente manuales y, sin fertilizantes ni productos de tratamiento, cultivan o crían variedades o razas que no han sido objeto de ninguna selección. Una agricultura rural pobre, carente de todo tipo de investigación y de todo proyecto, que cuenta aproximadamente con 450 millones de trabajadores, es decir, 1 250 millones de personas que viven mal o muy mal de la agricultura. Estos agricultores no pueden superar una productividad bruta de 1 tonelada de grano por trabajador y por año (1 ha/trabajador/año x 1 t/ha en secano, ó 0,5 ha/trabajador x 2 t/ha en regadío). (MAZOYER, 2001, p. 02).

Assim, as inovações tecnológicas introduzidas na agricultura, pouco a pouco, engendraram um mecanismo de destruição do trabalho vivo inerente às formas artesanais

camponesas nos lugares e regiões onde ocorriam, em favor de padrões de agricultura assentados nos grandes estabelecimentos rurais, produtores de agricultura extensiva, direcionada à exportação, capital-intensivas no uso de maquinaria, insumos (semente, adubos, pesticidas agrícolas) e, sobretudo, baseados no assalariamento.

Analisando aspectos da realidade agrária estadunidense e europeia a partir do estudo do trabalho de diferentes autores, Abramovay (1992, p. 115) compreendeu que o campesinato tradicional vivenciaria uma situação de “[...] integração parcial a mercados incompletos”, pois os camponeses dispõem de uma flexibilidade de possibilidades para destinar sua produção, ora direcionando a produção para o auto-consumo, ora para a industrialização caseira, ora comercializando o produto *in natura* com a venda direta ao consumidor, ora vendendo aos atravessadores e comerciantes, relação que se daria em razão das circunstâncias de momento, ditadas pelos vínculos de dependência pessoal.

Abramovay (1992) caracterizou o mercado incompleto pela fragmentação e até inexistência do mercado de créditos e capitais, muitas vezes diluído e sob o julgo de vários agentes, sobretudo os grandes proprietários e comerciantes usurários. Outras peculiaridades dos mercados incompletos vivenciados pelos camponeses seriam a dependência direta dos agentes comerciais (bodegueiros, marreteiros) para obter insumos e até mesmo gêneros alimentícios que não são produzidos na unidade familiar de produção, a desinformação, o aviltamento no preço e até o desvio métrico

formal (peso e medida) na venda das mercadorias.

Segundo Abramovay (1992), dadas as características socioeconômicas do mercado incompleto, territorialmente sua ocorrência se estende da escala local até a escala regional, se consubstanciando como uma espécie de micro-economia na qual as relações informais e interpessoais, baseadas na confiança e no costume, são a tônica.

De posse das informações censitárias e estatísticas sócio produtivas dos países que analisou e corroborado pelas leituras teóricas dos autores aos quais se referiu, Abramovay (1992) afirmou que a partir do momento em que agentes econômicos do capital nacional e internacional se territorializaram na escala local e regional, provocavam uma reestruturação econômica profunda, modernizando as relações socioeconômicas a tal ponto que desregulavam o micro-cosmo da economia local regional e as “engrenagens” dos mercados incompletos, destruindo, conseqüentemente, as bases de sustentação e de funcionamento da economia camponesa.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 117).

Para Abramovay, estas transformações no seio do campesinato tradicional redundariam tanto no fim do campesinato pela sua exclusão, quanto no surgimento dos Agricultores Familiares, um extrato do processo capitalista de produção agrícola, que mesmo detendo reduzida dimensão agrícola para explorar, controlaria um aparato técnico-produtivo ímpar que o qualificaria a participar em redes e cadeias produtivas capitalistas muito específicas e sob o aparato de distintas políticas públicas de fomento, de forma que estes agricultores conseguiriam obter altos índices de produtividade e de renda.

No entendimento de Samir Amin (1986), esta forma de desenvolvimento capitalista promoveria nos países onde ocorrem a proletarização do campesinato, ainda que dissimulada, porque do ponto de vista formal o camponês é o proprietário dos meios de produção.

O capital dominante anula a renda, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador (...) que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais a propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor de força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio. (AMIN, 1986, p. 29).

De fato, ao “varrer” do campo o camponês tradicional, incorporando alguns em sua lógica de acumulação ampliada ou relegando em algum momento os “eleitos” ao abandono, a reestruturação produtiva do capital visa

asseverar, ainda mais, as contradições e a necessidade de superar as formas de realização do trabalho assentadas na pequena propriedade de caráter familiar.

Para tanto, o capital cria mecanismos para ampliar a apropriação e a subordinação das diferentes formas de trabalho à sua lógica, seja incorporando a propriedade privada, seja estruturando novos mecanismos de drenagem da renda e apropriação do trabalho social de produtores individuais, coletivos e de trabalhadores assalariados.

Nesta lógica, nem mesmo os camponeses integrados e funcionais ao sistema têm a sua manutenção social assegurada. Um dos mecanismos centrais é impor integrações horizontais e cadeias produtivas cada vez mais complexas, com novas regras, ritmos produtivos, qualificações, especificações, em dimensões e com inovações tais que os produtores que não se “encaixam” no padrão são efetivamente afastados, rompendo-se os contratos de integração.

Isso acontece pela imposição de preços baixos às matérias-primas provenientes do campo e pela emergência de novos padrões organizacionais impostos pelos setores de hortifrutigranjeiros em áreas de agricultura familiar. Por outro lado, em determinados setores produtivos, as empresas que integravam agricultores familiares têm abandonado esta prática e preferido negociar com médios e grandes proprietários, reestruturando suas formas de atuação.

Outra “sacada” do capital é cobrar do poder público investimentos que favoreçam a implementação desta lógica. Quando não são

estas empresas que se beneficiam das políticas públicas de financiamento para o desenvolvimento na estruturação de suas plantas agroindustriais, como é o caso das indústrias de agrocombustíveis e papel e celulose, as políticas públicas de apoio e financiamento são direcionadas aos agricultores que absorvem investimentos e direcionam seus estabelecimentos à produção agropecuária em segmentos específicos (cana-de-açúcar e outros biocombustíveis como as oleaginosas mamona, pinhão-manso, além de cultivos como soja, beterraba, leite, *pinnus* e eucalipto, milho, granjeiros, etc), recursos estes que, na verdade, beneficiam as agroindustriais e cadeias comerciais e industriais a montante e a jusante.

Esta busca pela excelência produtiva, com a produção a menor custo para o capital, por sua vez, gera uma situação de desequilíbrio internacional, já que a comercialização da produção é realizada em escalas cada vez maiores

Os países mais afetados são aqueles que apresentam produtores menos equipados e relegados pelas políticas públicas e que dependem basicamente da agricultura para sobreviver. Possuindo menor produtividade, conseqüentemente, os produtores desses países são impactados negativamente em razão da dominação do mercado pelas multinacionais, que desregulam os mercados locais/regionais, pela importação de alimentos, provocando o empobrecimento e a exclusão dos agricultores pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual sistema agrícola e alimentar global representa uma etapa superior do capitalismo no campo onde se verifica a concentração econômica, tanto em relação ao número de empresas envolvidas em cada setor do agronegócio, quanto ao número reduzido de produtores que se beneficiam da sua lógica e tendem a subsistir praticando a agricultura comercial nas grandes e medias propriedades elencadas como as chave neste processo

Fato é que todo este emaranhado de situações insere-se no processo geral de desenvolvimento “sóciometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2002), cujo ímpeto e força de destruição e recriação moldam, por meio de variados mecanismos de controle, as diversas manifestações socioeconômicas, a fim de garantir ao capital a sua viabilidade (re)produtiva, que se assenta na construção de uma realidade hierárquica de controle sobre o trabalho em suas diversas manifestações, garantindo a extração continuada e ampliada da riqueza que emana do trabalho.

Não se pode pensar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e

contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Ademais, o sistema agrícola e alimentar, da maneira como está constituído, tem pouca ou nula preocupação com os impactos ambientais, tendo em vista o padrão tecnológico agrobiotecnológico altamente quimificado, joga duro nas relações de trocas internacionais de mercadorias agrícolas, base de atuação das *players* do comércio de grãos (Cargill, Louis Dreyfus, ADM), força nos diversos países do mundo a abertura econômica, a liberalização de mercados, mas dubiamente na sua estratégia liberal, exige e depende (e muito) da ajuda dos fundos públicos para funcionar, e decisivamente, subjuga e exclui, em níveis cada vez mais ampliados, os camponeses, de maneira que se processa sua exclusão social e existencial em escalas cada vez mais ampliadas.

NOTAS

ⁱ Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, Presidente Prudente); Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: sergiog@pontal.ufu.br

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1992.
- ALTIERI, Miguel, *Agroecologia – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas (Orgs.). *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- AMIN, Samir; FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard. *Ajudas públicas e proteção aos agricultores: falsos problemas e desafios verdadeiros*. Cancun, 2003, mimeo (Documento apresentado na Conferência da OMC – Organização Mundial do Comércio).
- AMIN, Samir. A crise do capitalismo e a vitimização camponesa. In: VIA CAMPESINA BRASIL. *A situação internacional da agricultura*. São Paulo: Via Campesina, 2004.
- ANCIÃES, Wanderley. CASSIOLATO, José Eduardo *Biotechnologia*. Seus impactos no setor industrial. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BROWM, Lester R. *Semillas del cambio. La revolución verde y los progresos agrícolas para la década del setenta*. Montevideo: Hemisferio Sur, 1969.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas*. Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Pensamento-Cutrix, 2005.
- CASTRO, Ana Célia. SILVEIRIA, José Maria F. J. da. Inovações biológicas para a agricultura: da via híbrida à engenharia genética. In: MARTINE, George e CASTO, Cláudio de M. (Orgs.). *Biotechnologia e Sociedade: o caso brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: ALMED, 1985.
- DEMBO, David; DIAS, Clarence J.; MOREHOUSE, Ward. *Os nexos vitais em Biotechnologia: relações entre pesquisa e produção e suas implicações para a América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1985.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003.

GOODMAN, David.; SORJ, Bernardo.; WILKINSON, John. *Da lavoura às Biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

LEFF, Henrique. *Ecologia, capital e Cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edfurb, 2000.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Piaget, 1997.

MAZOYER, Marcel. *Defendiendo al campesinado en un contexto de globalizacion*. Roma: FAO, 2001.

MÉSZÁROS, Istivan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005.

RIBEIRO, Silvia. El poder corporativo y las nuevas generaciones de transgênicos. In: HELFRICH, Silke (Org.). *La vida en venta*. El Salvador: Ediciones Böll, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHULTZ, Theodore W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

TEIXEIRA, Olívio Alberto; LAGES, Vinícius Nobre. Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: das abordagens pertinentes à questão. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 13, n. 3, p. 347-368, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Trabalho mutante e território em disputa*. Presidente Prudente: mimeo, 2007.